

## **Parecer de Relator Especial 37/2022**

Protocolo 35568 Envio em 21/12/2022 14:33:55

Ao Projeto de Lei nº **057/2022**

Autor: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, revoga as Leis Municipais nº 1.831, de 14 de junho de 1995, e nº 3.450, de 6 de maio de 2022, e dá outras providências.

### **RELATÓRIO**

Nomeado pela Presidência da Casa para analisar e exarar parecer sobre o Projeto de Lei nº 057/2022, relato a seguir, como Relator Especial, as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto dispõe sobre o Serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, revogando as Leis Municipais nº 1.831/1995, e nº 3.450/2022.

O objetivo principal do projeto é atualizar e reformular as regras contidas na Lei nº 1.831/1995, que já conta com mais de 25 anos, adequando o serviço de inspeção à realidade atual.

De acordo com a justificativa do autor, o SIM será o responsável pela inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal em todo o território municipal sendo doravante estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no Município

Ainda, o projeto é fruto de discussões que a Prefeitura de Paraguaçu Paulista e o Sebrae-SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), têm realizado, desde o ano passado, com o objetivo de levar mais sustentabilidade, crescimento e competitividade ao município por meio de ações ligadas ao empreendedorismo envolvendo o setor público, setor produtivo e a sociedade civil.

Essas ações de políticas públicas envolvem capacitação de governança, compras públicas, redução da informalidade, inclusão social e produtiva, bem como tem o objetivo de dar escala regional às políticas públicas de desenvolvimento de base empreendedora por meio da integração de municípios, em prol da melhoria do ambiente de negócios.



O projeto conta com a Emenda Modificativa nº 019/2022, de autoria do Prefeito, que visa adequar os artigos 11, 14 e 24, apresentada após a CCJR sugerir tais alterações, com base no parecer da Procuradoria Jurídica da Casa, que apontou algumas incongruências no texto do projeto.

Quanto aos aspectos de iniciativa e competência, a proposição se enquadra nos termos do “caput” do art. 55, § 3º, inc. III da Lei Orgânica do Município e art. 30, Inc. I, da Constituição Federal.

Após analisar a matéria e não encontrando vícios que possam impedir sua tramitação, emito **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 057/2022, com a Emenda Modificativa nº 019/2022, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria Jurídica da Casa, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 21 de dezembro de 2022.

**MARCELO GREGÓRIO**  
Relator

